



Jobim, Velloso e Gilmar Mendes dão cursos no IDP.

O IDP — Instituto Brasiliense de Direito Público — já programou os próximos cursos de extensão para o ano de 2005. Os candidatos poderão se inscrever em Direito Constitucional Tributário, Curso Avançado de Direito Constitucional, Filosofia do Direito, Direito Constitucional, Direito Processual Constitucional: Teoria da Legislação, Direito Constitucional Eleitoral, Tendências da Filosofia Jurídica e Social e Teoria Geral do Direito Tributário.

Os participantes terão aulas com os ministros Carlos Velloso, Gilmar Mendes, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Nelson Jobim, entre outros. Os preços variam de R\$ 850 a R\$ 1,7 mil. Estudantes de graduação podem ter descontos de até 50%.

O interessado poderá fazer a inscrição pela Internet, na sede da instituição ou por fax, junto com o comprovante de depósito do valor do curso escolhido. O IDP fica SHIS QL 12 – Conj. 09 – Casa 10 – Brasília-DF. O depósito poderá ser feito no Banco Bradesco (agência 2837-1 – conta corrente 666-1) ou no Banco do Brasil (agência 2881-9 – conta corrente 82.000-8).

Outras informações podem ser obtidas no site www.idp.org.br ou e-mail idp@idp.org.br

Conheça a programação

Direito Constitucional Tributário

Professor Carlos Mário Velloso

I – Propósito do curso

O curso tem por objetivo passar em revista o sistema tributário nacional, analisando os seus componentes – impostos, taxas e contribuições – bem como as controvérsias suscitadas pela aplicação das normas constitucionais e legais pertinentes, com ênfase na jurisprudência do STF, que será examinada, criticamente, à luz dos métodos e técnicas de interpretação/aplicação constitucional adotados pela nossa mais alta Corte.

II – Programa do curso

1. Componentes do Sistema: os Tributos: impostos, taxas e contribuições. Tributo: Conceito.
2. Impostos: federais, estaduais e municipais.
3. Taxas: taxas de serviço e taxas de polícia.
4. As contribuições: contribuição de melhoria e contribuições parafiscais: sociais e especiais. Empréstimos compulsórios.



5. Os elementos do Sistema Constitucional Tributário: as limitações constitucionais à tributação.

Os princípios constitucionais tributários: conceito de princípio: princípios constitucionais.

6. Princípios constitucionais gerais, especiais e específicos.

7. Imunidades tributárias: imunidades genéricas e específicas.

8. A repartição de competência tributária: competências privativas: União, Estados e Municípios. Competências exclusivas, competência residual e competência de necessidade.

9. A Lei Complementar Tributária.

10. Os tributos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF.

III – Local de realização, duração do curso e horário

O curso será desenvolvido no SHIS – Comércio Local da QI 9/11 – Ed. Marta XIX – Bloco L – Salas 103/104 – Lago Sul – Brasília/DF, próximo à sede do Instituto Brasiliense de Direito Público, de acordo com o cronograma abaixo:

Direito Constitucional Tributário – de 07/03 a 04/04/05, às segundas e quartas, das 19 às 22 horas, totalizando 07 aulas.

IV – Inscrições – procedimento e valor

– Pessoalmente, na sede do Instituto, mediante apresentação do comprovante de depósito, em uma das contas indicadas abaixo, ou pagamento direto na Secretaria, da taxa de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

– Internet, preenchimento da ficha e envio, por meio de fax, do comprovante de depósito do valor supracitado.

– Órgãos Públicos – envio, por meio de fax, dos nomes completos dos participantes, bem como da cópia da nota de Empenho.

(*) Vagas especiais para estudantes de graduação, com descontos de até 50%

V – Informações Adicionais

Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Ltda.

CNPJ : 02.474.172/0001-22 – Cadastrado no SICAF

Endereço : SHIS QL 12 – Conj. 09 – Casa 10 – Brasília/DF – CEP 71.630-295



Telefone/fax : 61 364 00 11

E-mail : idp@idp.org.br

Internet : www.idp.org.br

Contas : Banco Bradesco – Agência 2837-1 – Conta Corrente 666-1

Banco do Brasil – Agência 2881-9 – Conta Corrente 82.000-8

Curso Avançado de Direito Constitucional

Professores Gilmar F. Mendes, Inocência M. Coelho e Paulo Gustavo G. Branco

I – Propósito do curso

O curso tem por objetivo aprofundar o estudo de tópicos selecionados dessa disciplina, apresentando-os e debatendo-os de modo extenso e pormenorizado, à luz das atuais correntes do pensamento jurídico.

II – Programa do curso

1. Constituição – conceito, classificações (rígida – flexível; outorgada – promulgada, etc.), supremacia;
2. Normas constitucionais – tipologia;
3. Hermenêutica constitucional – importância, peculiaridades e princípios;
4. Princípio do Estado de direito Democrático – conceito, implicações: princípio da isonomia, princípio da legalidade, princípio da dignidade da pessoa;
5. Proteção do Estado Democrático de Direito: estado de sítio, estado de defesa e estado de emergência;
6. Princípios da ordem econômica e financeira: princípio da livre concorrência, o Estado na atividade econômica;
7. Direitos Políticos – nacionalidade, cidadania, regime representativo, sufrágio;
8. Poder constituinte originário (características) e poder constituinte de reforma (Emenda, reforma e revisão. Fundamentos, características e limitações);
9. Princípio federativo – Estado Federal – características e sistemas de repartição de competências



9.1. Estado Federal na Constituição de 1988 – repartição de competências entre União, Estado-membro, Distrito Federal e Municípios.

9.1.1. Estado-membro – autonomia. Poder constituinte – características e limitações

9.1.2. Distrito Federal – princípios organizacionais, governo do Distrito Federal. Peculiaridades constitucionais

9.1.3. Municípios – posição na Federação. Criação – Autonomia

9.1.4. As regiões metropolitanas;

10. Princípio da separação dos poderes – conceito, implicações, aspectos constitucionais dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Processo Legislativo. O Presidente da República no Processo Legislativo. Controle da Administração pelo Legislativo e pelo Judiciário. As Comissões Parlamentares de Inquérito. Imunidades Parlamentares. Funções essenciais à Justiça;

11. Teoria de Direitos Fundamentais – Noções básicas, classificações (gerações, direitos de defesa e direitos a prestação, direitos fundamentais e direitos humanos), titularidade, sujeitos passivos (direitos fundamentais nas relações entre particulares), conformação e limitação dos direitos fundamentais;

12. Liberdades fundamentais (consciência, expressão, profissão, religião, locomoção, comunicação), segurança jurídica (direitos adquiridos);

13. Tópicos da Administração Pública na Constituição – princípios básicos, servidores públicos, responsabilidade patrimonial (responsabilidade civil do Estado);

14. Notícias sobre sistema tributário nacional;

15. Direito de propriedade na Constituição – regime jurídico, propriedades especiais, limitações, função social;

16. Controle de constitucionalidade – noções introdutórias. Conceito de inconstitucionalidade. Tipos de inconstitucionalidade. Sistemas de controle. Sistema brasileiro. Evolução histórica. Meios processuais de controle no direito brasileiro. Controle de constitucionalidade e direitos fundamentais. Inovações recentes; e

17. O problema do controle das limitações dos direitos fundamentais.

III – Local de realização, duração do curso e horário

O curso será desenvolvido na sede do Instituto Brasiliense de Direito Público, de acordo com o cronograma abaixo:

Curso Avançado de Direito Constitucional – 1ª parte de 07/03 a 04/04/05, às segundas, quartas e sextas,



das 10 às 12 horas – 2ª parte de 06 a 27/04/05, às quartas, das 8 às 12 horas e às sextas, das 10 às 12 horas, 3ª parte de 29/04 a 20/05/05, às segundas, quartas e sextas, das 10 às 12 horas, totalizando 30 aulas.

IV – Inscrições – procedimento e valor

– Pessoalmente, na sede do Instituto, mediante apresentação do comprovante de depósito, em uma das contas indicadas abaixo, ou pagamento direto na Secretaria, da taxa de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

– Internet, preenchimento da ficha e envio, por meio de fax, do comprovante de depósito do valor supracitado.

– Órgãos Públicos – envio, por meio de fax, dos nomes completos dos participantes, bem como da cópia da nota de Empenho.

(*) Vagas especiais para estudantes de graduação, com descontos de até 50%

V – Informações Adicionais

Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Ltda.

CNPJ : 02.474.172/0001-22 – Cadastrado no SICAF

Endereço : SHIS QL 12 – Conj. 09 – Casa 10 – Brasília/DF – CEP 71.630-295

Telefone/fax : 61 364 00 11

E-mail : idp@idp.org.br

Internet : www.idp.org.br

Contas : Banco Bradesco – Agência 2837-1 – Conta Corrente 666-1

Banco do Brasil – Agência 2881-9 – Conta Corrente 82.000-8

Filosofia do Direito

Professor Ives Gandra da Silva Martins Filho

I – Propósito do curso

Como o seu título sugere, o curso tem em vista oferecer, em perspectiva histórica, um panorama das mais importantes correntes do pensamento jurídico ocidental, desde a antigüidade clássica até os dias atuais, proporcionando o embasamento teórico de que se ressente o profissional voltado primordialmente para a prática e para o processo.



II – Programa básico do curso

1. A raiz aristotélica da ética.
2. O jusnaturalismo tomista.
3. O nominalismo da escolástica decadente.
4. O racionalismo de descartes.
5. O idealismo kantiano.
6. O justanaturalismo iluminista.
7. O positivismo kelseniano.
8. A jurisprudência sociológica.
9. O neopositivismo lógico.
10. O realismo e a filosofia da imanência.

III – Local de realização, duração do curso e horário

O curso será desenvolvido na sede do Instituto Brasiliense de Direito Público, de acordo com o cronograma abaixo:

Filosofia do Direito – de 07/03 a 25/04/04, às segundas e sextas, das 8 às 10 horas, totalizando 12 aulas.

IV – Inscrições – procedimento e valor

– Pessoalmente, na sede do Instituto, mediante apresentação do comprovante de depósito, em uma das contas indicadas abaixo, ou pagamento direto na Secretaria, da taxa de R\$ 700,00 (setecentos reais).

– Internet, preenchimento da ficha e envio, por meio de fax, do comprovante de depósito do valor supracitado.

– Órgãos Públicos – envio, por meio de fax, dos nomes completos dos participantes, bem como da cópia da nota de Empenho.

(*) Vagas especiais para estudantes de graduação, com descontos de até 50%

V – Informações Adicionais



Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Ltda.

CNPJ : 02.474.172/0001-22 – Cadastrado no SICAF

Endereço : SHIS QL 12 – Conj. 09 – Casa 10 – Brasília/DF – CEP 71.630-295

Telefone/fax : 61 364 00 11

E-mail : idp@idp.org.br

Internet : www.idp.org.br

Contas :Banco Bradesco – Agência 2837-1 – Conta Corrente 666-1

Banco do Brasil – Agência 2881-9 – Conta Corrente 82.000-8

Direito Constitucional

Professores Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco

I – Propósito do curso

O curso tem por objetivo aprofundar o estudo de tópicos selecionados dessa disciplina, apresentando-os e debatendo-os de modo extenso e pormenorizado, à luz das atuais correntes do pensamento jurídico.

II – Programa do curso

1. Tópicos de Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional;
2. Direitos Políticos – nacionalidade, cidadania, regime representativo, sufrágio;
3. Poder constituinte originário (características) e poder constituinte de reforma (Emenda, reforma e revisão. Fundamentos, características e limitações);
4. Princípio federativo – Estado Federal – características e sistemas de repartição de competências
 - 4.1. Estado Federal na Constituição de 1988 – repartição de competências entre União, Estado-membro, Distrito Federal e Municípios.
 - 4.1.1. Estado-membro – autonomia. Poder constituinte – características e limitações
 - 4.1.2. Distrito Federal – princípios organizacionais, governo do Distrito Federal. Peculiaridades constitucionais
 - 4.1.3. Municípios – posição na Federação. Criação – Autonomia



4.1.4. As regiões metropolitanas;

5. Princípio da separação dos poderes – conceito, implicações, aspectos constitucionais dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Processo Legislativo. O Presidente da República no Processo Legislativo. Controle da Administração pelo Legislativo e pelo Judiciário. As Comissões Parlamentares de Inquérito. Imunidades Parlamentares. Funções essenciais à Justiça;

6. Teoria de Direitos Fundamentais – Noções básicas, classificações (gerações, direitos de defesa e direitos a prestação, direitos fundamentais e direitos humanos), titularidade, sujeitos passivos (direitos fundamentais nas relações entre particulares), conformação e limitação dos direitos fundamentais;

7. Liberdades fundamentais (consciência, expressão, profissão, religião, locomoção, comunicação), segurança jurídica (direitos adquiridos);

8. Tópicos da Administração Pública na Constituição – princípios básicos, servidores públicos, responsabilidade patrimonial (responsabilidade civil do Estado);

9. Notícias sobre sistema tributário nacional;

10. Direito de propriedade na Constituição – regime jurídico, propriedades especiais, limitações, função social;

11. Controle de constitucionalidade – noções introdutórias. Conceito de inconstitucionalidade. Tipos de inconstitucionalidade. Sistemas de controle. Sistema brasileiro. Evolução histórica. Meios processuais de controle no direito brasileiro. Controle de constitucionalidade e direitos fundamentais. Inovações recentes; e

12. O problema do controle das limitações dos direitos fundamentais.

III – Local de realização, duração do curso e horário

O curso será desenvolvido no SHIS – Comércio Local da QI 9/11 – Ed. Marta XIX – Bloco L – Salas 103/104 – Lago Sul – Brasília/DF, próximo à sede do Instituto Brasiliense de Direito Público, de acordo com o cronograma abaixo:

Direito Constitucional – de 08/03 a 07/04/05, às terças e quintas e de 11/04 a 04/05/05, às segundas e quartas, das 19 às 22 horas, totalizando 16 aulas.

IV – Inscrições – procedimento e valor



- Pessoalmente, na sede do Instituto, mediante apresentação do comprovante de depósito, em uma das contas indicadas abaixo, ou pagamento direto na Secretaria, da taxa de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais).
- Internet, preenchimento da ficha e envio, por meio de fax, do comprovante de depósito do valor supracitado.
- Órgãos Públicos – envio, por meio de fax, dos nomes completos dos participantes, bem como da cópia da nota de Empenho.

(*) Vagas especiais para estudantes de graduação, com descontos de até 50%

V – Informações Adicionais

Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Ltda.

CNPJ : 02.474.172/0001-22 – Cadastrado no SICAF

Endereço : SHIS QL 12 – Conj. 09 – Casa 10 – Brasília/DF – CEP 71.630-295

Telefone/fax : 61 364 00 11

E-mail : idp@idp.org.br

Internet : www.idp.org.br

Contas : Banco Bradesco – Agência 2837-1 – Conta Corrente 666-1

Banco do Brasil – Agência 2881-9 – Conta Corrente 82.000-8

Direito Processual Constitucional: Teoria da Legislação

Professor Nelson Azevedo Jobim

I – Propósito do curso

O curso tem por objetivo discutir, em perspectiva contemporânea, os principais problemas relativos à produção de modelos jurídicos de caráter geral, com ênfase para as tensões entre Governo, Parlamento e Judiciário, em face do princípio da separação de poderes e do sistema de freios e contrapesos.

II – Programa do curso

1. Teoria da Legislação.

1.1. Considerações gerais. O Presidencialismo e o Parlamentarismo.



1.2. Temas. A inflação legislativa e a desregulamentação. A execução das normas. Linguagem da lei e condicionamentos políticos.

2. PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL.

2.1. A iniciativa das leis. Poder Executivo, Parlamentares. Outros Poderes. O Ministério Público. iniciativa popular.

2.2. Leis complementares e ordinárias.

(a) Tramitação: urgência e revisão.

(b) Emendas;

(c) Rejeição.

2.3. Leis Delegadas.

(a) Noções gerais. Histórico. Casos.

(b) Matérias.

(c) Tramitação e Quorum.

2.4. Medidas Provisórias.

(a) Noções gerais. Histórico no direito brasileiro e comparado.

(b) Fundamentos.

(c) Conversão. Direta e Projeto de lei de conversão. Apreciação pelo Poder Executivo.

(d) Rejeição.

(e) A não apreciação no prazo.

(f) Reedição.

(g) A perda de eficácias. Casos e tratamento.

(h) A jurisprudência do STF.

2.5. Emendas à Constituição.

(a) Iniciativa.



(b) Impossibilidade.

(c) Tramitação. Rejeição, efeitos.

(e) Modificações na Casa revisora. Tratamento.

(f) Cláusulas Pétreas.

2.6. Atos privativos do Congresso.

(a) Decreto Legislativo e Resolução.

(b) Casos.

2.7. O Veto presidencial.

(a) Histórico.

(b) Apreciação.

(c) Manutenção e Rejeição. Efeitos.

2.8. Tratados Internacionais.

(a) Processo da produção dos Tratados. Negociação. Celebração. Aprovação pelo Congresso Nacional (a questão das emendas). Promulgação. Ratificação.

(b) Denúncia pelo Poder Executivo.

(c) O Tratado e o direito interno. A jurisprudência do STF.

2.9. A Omissão legislativa.

(a) A omissão do legislador. Desídia ou impossibilidade e formação de maioria.

(b) A Ação de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção. Jurisprudência do STF.

3. Processo Legislativo no Parlamento.

3.1. O Parlamento.

(a) Origem. História.

(b) O Parlamento hoje. A crise do Parlamento.

(c) Partidos Políticos e Grupos de pressão.



(d) O Governo.

3.2. O Parlamento Brasileiro.

(a) Estrutura e prerrogativas

(b) O bicameralismo.

(c) Prerrogativas: Autonomia regimental. Autonomia de governo interno. Autonomia financeira e orçamentária. Autonomia organizacional e administrativa.

(d) O Controle dos atos parlamentares.

(e) Senado Federal e Câmara dos Deputados. História. Composição. Eleição.

3.3. O parlamentar.

(a) Parlamentar e o seu Partido.

(c) A designação dos candidatos.

(d) A dependência no exercício do mandato. A relação com o partido. As bancadas partidárias e as lideranças.

3.4. Fases do processo legislativo.

(a) Apresentação de proposições.

(b) Exame pelas Comissões.

(c) Exame pelo Plenário.

(d) Revisão do projeto emendado na outra Casa.

(e) O autógrafo.

3.5. A Ordem do dia. Elaboração e controle. O Governo, a Mesa e as lideranças partidárias.

3.6. As regras e procedimentos regimentais.

(a) Proposições. Generalidades.

(b) Emendas. Titularidade. Espécies. Objeto. Conteúdo e natureza.



(c) Tramitação. Turnos. Interstícios. Urgência. Prioridade. Preferência. Prejudicialidade.

(d) Procedimento nas Comissões. Poder terminativo. Recurso o Plenário.

(e) Procedimento no Plenário. Discussão e votação

3.7. Diagrama de fluxo de um projeto. Explicitações do processo regimental e político.

(a) Apresentação.

(b) Distribuição. Comissões.

(c) Emendas.

(d) Parecer do Relator. Substitutivo.

(e) Destaques. Tipos. O Destaque para votação em separado, origem e tratamento.

(f) Discussão

(g) Votação. Rejeição. Aprovação.

(h) Redação final.

(i) Segundo Turno. Proposições admitidas.

(j) Remessa para a Casa revisora.

(k) Modificações.

(l) Retorno à Casa iniciadora. Procedimentos.

3.8. Regras e procedimentos especiais.

(a) Proposta de Emendas à Constituição.

(b) Medidas Provisórias. Tramitação. A Resolução do Congresso Nacional.

(c) Projetos com solicitação de urgência

(d) Códigos.

(e) A Comissão Representativa.

4. OS VÍCIOS DO PROCESSO LEGISLATIVO.



4.1. Classificação. Vícios Formais: de pressupostos e de procedimento. Vícios Materiais.

4.2. Matéria Interna Corporis.

4.3. A Jurisprudência do STF.

III – Local de realização, duração do curso e horário

O curso será desenvolvido na sede do Instituto Brasiliense de Direito Público, de acordo com o cronograma abaixo:

Direito Processual Constitucional: Teoria da Legislação – de 08/03 a 14/04/05, às terças e quintas, das 10 às 12 horas, totalizando 10 aulas.

IV – Inscrições – procedimento e valor

– Pessoalmente, na sede do Instituto, mediante apresentação do comprovante de depósito, em uma das contas indicadas abaixo, ou pagamento direto na Secretaria, da taxa de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

– Internet, preenchimento da ficha e envio, por meio de fax, do comprovante de depósito do valor supracitado.

– Órgãos Públicos – envio, por meio de fax, dos nomes completos dos participantes, bem como da cópia da nota de Empenho.

(*) Vagas especiais para estudantes de graduação, com descontos de até 50%

V – Informações Adicionais

Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Ltda.

CNPJ : 02.474.172/0001-22 – Cadastrado no SICAF

Endereço : SHIS QL 12 – Conj. 09 – Casa 10 – Brasília/DF – CEP 71.630-295

Telefone/fax : 61 364 00 11

E-mail : idp@idp.org.br

Internet : www.idp.org.br

Contas : Banco Bradesco – Agência 2837-1 – Conta Corrente 666-1

Banco do Brasil – Agência 2881-9 – Conta Corrente 82.000-8



Direito Constitucional Eleitoral

Professor José Eduardo Rangel de Alckmin

I – Propósito do curso

O curso se destina a ministrar noções fundamentais sobre essa disciplina, que é da maior importância para o exercício da cidadania, o aprimoramento do Estado de Direito e o fortalecimento das instituições democráticas. Abrangendo os principais temas e problemas do Direito Eleitoral, o curso destacará, igualmente, o papel dos Partidos Políticos e da Justiça Eleitoral, sobretudo do Tribunal Superior Eleitoral, cuja jurisprudência será objeto de especial atenção.

II – Programa do curso

- 1) Breve introdução ao Direito Eleitoral – conceito – objeto – evolução – organismos eleitorais – Justiça Eleitoral brasileira;
- 2) Alistamento Eleitoral – capacidade eleitoral – cadastro eleitoral – inscrição – impugnação – domicílio eleitoral – correção e revisão do eleitorado – cancelamento de inscrição;
- 3) Partidos Políticos – constituição e funcionamento – estatutos – intervenção – propaganda partidária – lides intrapartidárias – competência da justiça comum e da justiça eleitoral – mandado de segurança – prestação de contas;
- 4) Convenções Partidárias – escolha de candidatos – coligações – processo de registro de candidaturas – impugnação – validade do pedido de registro – recursos;
- 5) Pressupostos positivos e negativos de elegibilidade – nacionalidade – idade – domicílio eleitoral – filiação partidária – prova – inelegibilidades – hipóteses e prazos de desincompatibilização;
- 6) Propaganda Eleitoral – disciplina – rádio e tv – outdoors – imprensa – logradouros públicos – propaganda eleitoral gratuita – condutas vedadas aos agentes públicos – abuso do poder econômico ou político e uso indevido dos meios de comunicação – representação e recursos – ação de investigação judicial eleitoral – hipóteses de cassação do registro da candidatura;
- 7) Atos preparatórios – constituição das Juntas Eleitorais e das Mesas Receptoras – urna eletrônica – carga – fiscalização – identificação do eleitor – impugnação – substituição da urna – auditoria – voto em separado – ata de votação – preclusão no direito eleitoral;
- 8) Apuração – emissão de boletins de urna – totalização pelo sistema eletrônico – recuperação de dados – proclamação dos eleitos – prestação de contas – impugnações – diplomação;
- 9) Recurso contra a expedição de diploma e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – prazos – prova



pré-constituída – comprometimento da lisura e da legitimidade do pleito – potencialidade – atos cometidos por terceiros – inelegibilidade – perda do mandato eletivo – recursos; e

10) Crimes eleitorais.

III – Local de realização, duração do curso e horário

O curso será desenvolvido na sede do Instituto Brasiliense de Direito Público, de acordo com o cronograma abaixo:

Direito Constitucional Eleitoral – de 08/03 a 05/04/05, às terças, quartas e quintas, das 08 às 10 h, totalizando 10 aulas.

IV – Inscrições – procedimento e valor

– Pessoalmente, na sede do Instituto, mediante apresentação do comprovante de depósito, em uma das contas indicadas abaixo, ou pagamento direto na Secretaria, da taxa de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

– Internet, preenchimento da ficha e envio, por meio de fax, do comprovante de depósito do valor supracitado.

– Órgãos Públicos – envio, por meio de fax, dos nomes completos dos participantes, bem como da cópia da nota de Empenho.

(*) Vagas especiais para estudantes de graduação, com descontos de até 50%

V – Informações Adicionais

Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Ltda.

CNPJ : 02.474.172/0001-22 – Cadastrado no SICAF

Endereço : SHIS QL 12 – Conj. 09 – Casa 10 – Brasília/DF – CEP 71.630-295

Telefone/fax : 61 364 00 11

E-mail : idp@idp.org.br

Internet : www.idp.org.br

Contas : Banco Bradesco – Agência 2837-1 – Conta Corrente 666-1

Banco do Brasil – Agência 2881-9 – Conta Corrente 82.000-8

Tendências da Filosofia Jurídica e Social



Professor Marcelo da Costa Pinto Neves

I – Propósito do curso

O curso visa introduzir o aluno no debate contemporâneo da filosofia jurídica e social, oferecendo-lhe o instrumental conceitual básico para que possa compreender as suas correntes paradigmáticas e situar-se com maior clareza e capacidade reflexiva diante delas.

II – Programa do curso

1. Introdução

2. Liberalismo versus Comunitarismo

2.1. O Debate Inicial: Exposição seguida da discussão de textos de John Rawls e Michael Sandel.

2.2. Revisões e Relativizações dos Posicionamentos: Multiculturalismo, Discriminações Inversas e Igualdade Complexa. Exposição seguida da discussão de textos de Charles Taylor, Ronald Dworkin e Michael Walzer.

3. Teoria do Discurso versus Teoria dos Sistemas.

3.1. A Evolução Social como Processo de Complexificação e Diferenciação Funcional (Niklas Luhmann) versus a Evolução Social como Desenvolvimento da Consciência Moral (Jürgen Habermas).

3.2. Uma Diferença Paradigmática: Sistema/Mundo da Vida. Teoria do Agir Comunicativo e Teoria do Discurso.

3.3. Uma Diferença Paradigmática: Sistema/Meio-Ambiente. Autopoiese dos Sistemas Sociais.

3.4. Teoria do Direito de Habermas versus Teoria do Direito de Luhmann.

3.5. Críticas e Influências Recíprocas entre a Teoria do Discurso e a Teoria dos Sistemas.

4. Teorias Pós-Modernas e Desconstrução

4.1. Teoria Pós-Moderna da Sociedade e Desconstrução.

4.2. Teoria Pós-Moderna do Direito e Desconstrução do Direito.

III – Local de realização, duração do curso e horário

O curso será desenvolvido no SHIS – Comércio Local da QI 9/11 – Ed. Marta XIX – Bloco L – Salas 103/104 – Lago Sul – Brasília/DF, próximo à sede do Instituto Brasiliense de Direito Público, de acordo com o cronograma abaixo:



Tendências da Filosofia Jurídica e Social – dias 18 e 19/03; 8 e 9/04; 13 e 14/05; e 17 e 18/06/05, às sextas, das 08:00 h às 12:00 h e das 19:00 h às 22:00 h; e aos sábados, das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 18:00 h, totalizando 16 aulas.

IV – Inscrições – procedimento e valor

– Pessoalmente, na sede do Instituto, mediante apresentação do comprovante de depósito, em uma das contas indicadas abaixo, ou pagamento direto na Secretaria, da taxa de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

– Internet, preenchimento da ficha e envio, por meio de fax, do comprovante de depósito do valor supracitado.

– Órgãos Públicos – envio, por meio de fax, dos nomes completos dos participantes, bem como da cópia da nota de Empenho.

(*) Vagas especiais para estudantes de graduação, com descontos de até 50%

V – Informações Adicionais

Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Ltda.

CNPJ : 02.474.172/0001-22 – Cadastrado no SICAF

Endereço : SHIS QL 12 – Conj. 09 – Casa 10 – Brasília/DF – CEP 71.630-295

Telefone/fax : 61 364 00 11

E-mail : idp@idp.org.br

Internet : www.idp.org.br

Contas : Banco Bradesco – Agência 2837-1 – Conta Corrente 666-1

Banco do Brasil – Agência 2881-9 – Conta Corrente 82.000-8

Teoria Geral do Direito Tributário

Professores José Levi Mello do Amaral Júnior e Rodrigo Pereira de Mello

I – Propósito do curso

Estudar as bases teóricas do Direito Tributário, em especial no que toca à obrigação tributária, aos sujeitos ativo e passivo da relação tributária, à prescrição e à decadência, bem assim no que concerne aos



princípios da tributação. Examinar, de modo detido, os princípios inerentes ao Direito Tributário, em razão da aplicação universal desses às diversas espécies tributárias.

II – Programa do curso

1. Conceito de tributo: o conceito de tributo no Código Tributário Nacional; críticas da doutrina; a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Classificações dos tributos: análise dos diversos critérios sustentados pela doutrina. Consequências jurisprudenciais.
2. Fontes do Direito Tributário: lei complementar, lei ordinária, medida provisória, tratado internacional, decreto regulamentar, outros instrumentos.
3. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária: anterioridade, (ir)retroatividade, analogia, equidade, princípios e regras de interpretação.
4. Obrigação tributária: surgimento; fato gerador (hipótese de incidência, regra-matriz de incidência); sujeitos (ativo e passivo); solidariedade, responsabilidade e substituição.
5. Crédito Tributário (I): lançamento e suas modalidades (por declaração, de ofício e por homologação); suspensão da exigibilidade do crédito (moratória, depósito, recurso administrativo, liminares e parcelamento).
6. Crédito Tributário (II): extinção do crédito tributário; repetição de indébito; compensação; prescrição e decadência.
7. Imunidade, isenção, não incidência e institutos afins.
8. Federalismo tributário brasileiro: repartição de competências tributárias; normas gerais em matéria tributária; conceito de normas gerais; conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
9. Limitações constitucionais ao poder de tributar (I): limitações como direitos e garantias fundamentais; princípio da legalidade (reserva legal), princípio do não confisco, limitações ao tráfego de pessoas ou bens (pedágio).
10. Limitações constitucionais ao poder de tributar (II): bitributação, isonomia, capacidade contributiva, outros princípios constitucionais.

III – Local de realização, duração do curso e horário

O curso será desenvolvido no SHIS – Comércio Local da QI 9/11 – Ed. Marta XIX – Bloco L – Salas 103/104 – Lago Sul – Brasília/DF, próximo à sede do Instituto Brasiliense de Direito Público, de acordo com o cronograma abaixo:



Teoria Geral do Direito Tributário – de 01/04 a 21/05/05, às sextas, das 19:00 h às 22:00 h e aos sábados, das 09:00 h às 12:00 h, totalizando 10 aulas.

IV – Inscrições – procedimento e valor

– Pessoalmente, na sede do Instituto, mediante apresentação do comprovante de depósito, em uma das contas indicadas abaixo, ou pagamento direto na Secretaria, da taxa de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

– Internet, preenchimento da ficha e envio, por meio de fax, do comprovante de depósito do valor supracitado.

– Órgãos Públicos – envio, por meio de fax, dos nomes completos dos participantes, bem como da cópia da nota de Empenho.

(*) Vagas especiais para estudantes de graduação, com descontos de até 50%

V – Informações Adicionais

Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Ltda.

CNPJ : 02.474.172/0001-22 – Cadastrado no SICAF

Endereço : SHIS QL 12 – Conj. 09 – Casa 10 – Brasília/DF – CEP 71.630-295

Telefone/fax : 61 364 00 11

E-mail : idp@idp.org.br

Internet : www.idp.org.br

Contas : Banco Bradesco – Agência 2837-1 – Conta Corrente 666-1

Banco do Brasil – Agência 2881-9 – Conta Corrente 82.000-8

Date Created

18/02/2005